



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Maria Catarina Cândido Árabe
Matrícula: 2017200530063

**JUVENTUDE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ACREDITAÇÕES E
CONTRADIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DA
JUVENTUDE HIPERCONNECTADA NAS DECISÕES POLÍTICAS.**

São João Del-Rei
2018

Maria Catarina Cândido Árabe

JUVENTUDE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ACREDITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE HIPERCONNECTADA NAS DECISÕES POLÍTICAS.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João Del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Ms. Cristiane Edna Camboim.

São João Del- Rei

2018

Maria Catarina Cândido Árabe

JUVENTUDE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ACREDITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE HIPERCONECTADA NAS DECISÕES POLÍTICAS.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João Del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada:

Prof. Dr. Nome do Membro da banca
(UFV)

Prof. Dr. Nome do Membro da banca
(UFSJ)

Prof. Ms.Cristiane Edna Camboim (UFSJ)
(Orientador)

Nicolle,
por me fazer acreditar que posso ser mais do
que uma pessoa comum.

AGRADECIMENTOS

Por esse período de estudos, disciplina, aquisição de conhecimentos, resiliência e força de vontade em realizar sonhos, agradeço:

Minha família e especialmente Nicolle Árabe pelo incentivo, apoio e broncas necessárias para a não desistência no meio do percurso. Por acreditar que o conhecimento é o que move o mundo sejam pelas respostas ou pelas perguntas que fazemos durante a existência e as crises de identidade.

José Olímpio Domingos Júnior pela competência, presteza e *feedbacks* necessários para o cumprimento das atividades e auxílio nas dúvidas em prazo sempre menor que o estabelecido. Muito Obrigada, suas palavras sempre gentis contribuíram muito para a qualidade do aprendizado.

Prof. André Luis Bertassi e demais professores minha gratidão pela competência e disponibilidade em dar respostas aos anseios e dúvidas no decorrer do curso. Prof. André o meu agradecimento especial pela indicação da bibliografia utilizada neste trabalho, material este que agregou bastante às pesquisas realizadas para a conclusão do mesmo.

Às Orientadoras Cristiane Edna Combaim e Bárbara Natália Lages Lobo, pela contribuição, correção, orientação e paciência durante o breve período em que pudemos conviver.

Aos colegas de trabalho que me deram alento nos momentos de crise e loucura: Estela, Muriel, Saimon, Cristiane Nataline, Paulo Edson, Aline, Janon, Vanessa Oliveira, Vilane e Jaqueline Molina. Aos amigos que replicaram o questionário com a pesquisa: Jéssica Mineira Sem Freio, Larissa Martins, Luana Rodrigues, Gabriel Mendes e especialmente Rochelle Bazaga e Superintendência de Políticas da Juventude pelo apoio na escolha do tema.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Sonhos não morrem, apenas
adormecem na alma da gente.”
Chico Xavier

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar e analisar a participação da população jovem em relação ao orçamento participativo por meio da conexão à internet e a utilização das redes sociais. A participação popular é um direito dos cidadãos garantidos pela Constituição de 1988, sendo que o orçamento participativo é uma das formas da população participar localmente das decisões que envolvem o planejamento de ações coletivas e o gasto público. Foram sujeitos da pesquisa pessoas com idade entre 15 e 29 anos considerados jovens pelo Estatuto da Juventude. Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário com perguntas simples e fechadas criado no dispositivo *google forms* e divulgado estritamente em redes sociais. Os dados foram disponibilizados por um período de 45 dias sendo replicado semanalmente nas redes sociais como uma das formas de possibilitar maior participação e envolvimento do público alvo. A coleta dos dados ao final do prazo estipulado mostrou que a internet sozinha não foi capaz de provocar o engajamento da juventude como sujeito multiplicador e protagonista do tema exposto, que o conhecimento destes sobre o orçamento participativo e como participar é bastante limitado, entretanto consideram que a participação popular e principalmente do jovem é capaz de transformar realidades.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Participação Popular. Juventude e Participação. Interconectividade e Redes.

ABSTRACT

The present study aimed to verify and analyze the participation of the young population in relation to the participatory budget through the connection to the Internet and the use of social networks. Popular participation is a right of citizens guaranteed by the Constitution of 1988, and the participatory budget is one of the ways of the population to participate locally in the decisions that involve the planning of collective actions and public spending. The subjects of the survey were people aged between 15 and 29 years considered young by the Youth Statute. In order to collect the data, a questionnaire was created with simple and closed questions created in the device google forms and divulged strictly in social networks. The data were available for a period of 45 days being replicated weekly in social networks as one of the ways to enable greater participation and involvement of the target public. The collection of data at the end of the stipulated deadline showed that the internet alone was not able to provoke youth engagement as a multiplier subject and protagonist of the topic exposed, that their knowledge about participatory budgeting and how to participate is quite limited, however they consider that the popular participation and especially of the young person is capable of transforming realities

Keywords: Participatory Budgeting. Popular participation. Youth and Participation. Interconnectivity and Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixa Etária	24
Figura 2 - Redes Sociais	25
Figura 3 – Redes Sociais e Discussão	26
Figura 4- Políticas Públicas e Juventude	26
Figura 5 - Participação Popular e Significado	27
Figura 6 - Juventude e Transformação	27
Figura 7- Orçamento Participativo e Cidades.....	28
Figura 8 - Orçamento Público e Participação	28
Figura 9 – Redes Sociais e Participação	29
Figura 10 – Informação e Conhecimento	29
Figura 11- Educação e Engajamento	30
Figura 12 – Internet e Conhecimento	30
Figura 13 - Internet e Informação.....	31
Figura 14 - Participação Popular e Inclusão	31
Figura 15 - Juventude e Interesse	32
Figura 16 - Juventude e Comportamento	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. Contextualização	13
2.2. Conselhos de Participação Popular.....	14
2.3. Orçamento Participativo	17
2.4. Juventude e Hiperconectividade.....	19
3 METODOLOGIA.....	22
4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A participação popular nas decisões governamentais no Brasil caracteriza-se por um novo modo de interação entre sociedade civil e governo tendo sido efetivado como direito de fato na Constituição Federal de 1988. Essa participação se dá por intermédio dos conselhos de políticas públicas eleitos pela sociedade civil e se for o caso de paridade o poder público indica seus representantes.

São esses membros que terão a responsabilidade de defender as ideias, opiniões e desejos daquela comunidade que representam. Uma forma de participação nas decisões do governo está no orçamento participativo onde o Executivo juntamente com a sociedade discutem, debatem e optam por projetos que atenderão com mais eficiência às necessidades da população.

Atualmente os conselhos são compostos por pessoas com idade acima dos 35 (trinta e cinco) anos, raro são os jovens que engajam em outras demandas que não do Conselho de Juventude. Ainda que nos dias atuais, e com o advento da *Internet*, a comunicação e o acesso à informação seja facilitada, é uma utopia dizer que as pessoas estão mais informadas e conscientes dos seus direitos.

Segundo LOPES (2015) a infopesquisa útil demanda a construção de autodetector de bobagens, capaz de desconfiar dos materiais enganosa, incorretos e irrelevantes, de eleger critérios para a valoração de informações digitais.

Nesse sentido, é importante perceber de que maneira a participação da juventude pode significar um rompimento com as velhas tradições e modos de pensar agregando valor às discussões tornando a participação popular um direito exercido de fato.

Portanto, este trabalho buscará informações acerca da população jovem da cidade de Uberaba-MG, em termos quantitativos e a sua relação com as decisões políticas da cidade. Para conhecer essa população serão pesquisados sites de referência populacional e educacional, verificando sua área de ocorrência e quantos estão matriculados em instituições de ensino.

Além disso será aplicado um questionário com perguntas relativas aos seguintes temas: participação popular, orçamento participativo e acesso à *Internet*, objetos deste estudo.

O objetivo da pesquisa será verificar e analisar que, apesar da grande maioria da população ter acesso à *Internet* em um ou mais dispositivos, é preciso que o conhecimento acerca dos seus direitos seja disponibilizado em outros ambientes como as universidades, por exemplo, e que por meio delas possamos transformar culturalmente o papel da sociedade

tornando-a protagonista de suas ambições. Sendo assim o envolvimento do jovem corrobora para transformações a longo prazo.

O presente trabalho se justifica pela necessidade e engajamento cada vez maior da participação da sociedade civil nas decisões políticas que afetam a sociedade. Fomentar essa participação é um caminho longo e que demanda conhecimentos na formação e na propagação das informações que cercam os mecanismos e a gestão das instituições governamentais.

Conhecer e saber onde estão e o que pensam os jovens é uma das alternativas para propor soluções e buscar novos caminhos que possam motivar a participação em relação ao orçamento e ao gasto público.

Destarte, a participação se torna uma ferramenta importante para o gestor pensar o planejamento estratégico, bem como para o acompanhamento e controle das ações e do gasto público. Ainda que nos dias atuais a participação da população tenha se dado de forma lenta e voltada para o paternalismo dos políticos, podemos prever, que a partir de uma nova consciência da juventude acerca dos direitos da população, possam ao longo do tempo tornar os governos impessoais em suas escolhas.

Baseados nessa concepção a formação de redes e teias no âmbito das ações políticas fazem com que a participação popular exerça seu poder nas ações e decisões governamentais, entretanto, a consciência e o exercício desse poder é um percurso de longo prazo a ser construído por meio da educação política focada principalmente nos jovens.

A pesquisa a princípio nos leva a refletir sobre três aspectos distintos entre si, que são a participação popular, o orçamento público participativo e a juventude como protagonista nas decisões governamentais.

Todavia, os temas estão interligados e poderão nos guiar a conclusões pertinentes a novas abordagens e mudanças de paradigmas dentro da sociedade uma vez que a mesma se organiza por padrões ideológicos, sejam eles partidários, religiosos, acadêmicos, raça entre outros.

Uma vez que a sociedade civil é organizada em redes e o conhecimento está estruturado de forma a convencer e gerar debates entre os contrários e nessa perspectiva as interações e formações de grupos com opiniões diversas as discussões provém dos achismos de cada grupo sem base teórica que o sustente onde a imaginação é mais importante que o conhecimento.

Em contrapartida é necessário questionar se as políticas públicas para a juventude e as organizações sociais são vetores em potencial no incentivo ao estudo e principalmente na disseminação das boas práticas objetivando a real participação da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão citados os embasamentos necessários à apresentação dos elementos teóricos básicos sobre os temas: juventude e tecnologia, participação popular e orçamento participativo.

Os autores destacados nesse trabalho como, por exemplo, Maria do Carmo Carvalho, Manuel Castells e Marilena Chaui, versam sobre a importância da participação popular e do protagonismo juvenil no processo de construção de uma sociedade em que o Estado dialogue com a população proporcionando e oportunizando canais de interação entre estes.

Destacam ainda a importância das redes de comunicação como ferramenta para a interlocução das partes e a facilitação de trocas de conhecimento entre demandas da população e transparência das ações governamentais por meio de sites e aplicativos digitais.

É importante destacar que alguns autores como Milton Santos e Lourdes Sola pontuam sobre a linguagem e sua adequação em relação às populações e suas características, de maneira que o sentimento de pertencimento seja um processo contínuo e frequente naquelas populações em que o conhecimento de termos técnicos não façam parte do cotidiano, para que este fato não se torne um fator desmotivante na participação popular.

2.1. Contextualização

Com o advento da modernidade tecnológica e os avanços dos direitos do cidadão expressos na Constituição Federal de 1988 as relações da sociedade com o governo deixam, ainda que muito lentamente, a condição de servidão e obediência para se tornarem participativas.

Essa nova forma de comportamento está prevista na legislação com a nomenclatura participação popular, não apenas na instância do voto, mas também em relação aos projetos políticos e ao gasto estatal.

Entretanto, para que a sociedade tradicionalmente acostumada apenas a aceitar as regras dê voz às suas necessidades e anseios é preciso que as informações e o conhecimento sobre o funcionamento e as leis que regem as condutas dos governantes sejam de entendimento da grande massa.

Nesse sentido, hoje conta-se com a *Internet* além dos meios tradicionais para que essas informações sejam disponibilizadas conforme determina o princípio da publicidade (artigo 37 § 1º / CF 1988).

Afora esses mecanismos é preciso que haja por parte da população um real interesse na participação, pois sem isso não há como transformar e modificar as velhas formas de governar. Além disso,

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal tanto está promovendo a integração global de produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldado a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 2000, p. 40)

2.2. Conselhos de Participação Popular

Os conselhos de participação popular são mecanismos de pressão legalmente constituídos para estabelecer um canal de comunicação entre as partes. É importante não só que a sociedade participe como também se aproprie das pautas, discuta seus anseios e proponha ações em benefício do coletivo, sem cair nas velhas formas do paternalismo e do pessoalismo.

Os conselhos são mecanismos de controle e fiscalização uma vez que seus integrantes acompanham a execução e o cumprimento dos planos e projetos propostos durante a elaboração do orçamento público.

A participação da juventude é sem dúvida um dos maiores desafios, pois é o momento em que os jovens estão definindo suas carreiras profissionais, sonhos e cursos universitários, todavia, são esses que trazem o frescor das ideias e a energia para que uma nova consciência de governo possa se formar e transformar a vida social.

Sendo assim, resta estabelecer de que maneira esse tema pode ser trabalhado nas escolas, universidades e pelas comunidades de forma geral, já que nas grades do ensino regular não é um conteúdo obrigatório a ser ministrado, portanto a proposta de formação do cidadão para a vida prática fica restrito aos espaços de educação dita “não formal”.

A mobilização dos movimentos sociais na década de 90 concorreu para o surgimento dos conselhos de participação popular com a perspectiva de construção do Estado democrático de direito voltado para a universalização da cidadania.

Estão presentes nos âmbitos federal, estadual e municipal. Para que um conselho seja instituído é preciso que uma lei seja aprovada pelo legislativo, após essa legitimação são realizados os chamamentos à participação.

As conferências são os espaços onde os membros da sociedade civil são eleitos por seus pares e seguindo os critérios estabelecidos por um regimento interno.

Sendo os conselhos de participação popular instâncias paritárias, o governo indicará seus representantes escolhidos dentro do quadro de pessoal da administração pública.

Sua principal função é a atuação de acordo com as suas especificidades e trabalhar na defesa e na garantia dos direitos dos cidadãos ajudando na formulação das políticas públicas e no monitoramento da sua execução.

Dados do IBGE (2012) demonstram que conselhos municipais como os de Saúde, Assistência Social e de Direitos da Criança e Adolescente existem e estão em pleno funcionamento em 99% das cidades brasileiras.

Os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, de Cultura e de Meio Ambiente estão presentes em mais de 50% de nossos municípios; outros como de Segurança Alimentar, de Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos da Mulher são criados num ritmo crescente e já ultrapassa 30% de municípios alcançados, o que evidencia a abrangência e o potencial destas instâncias de participação.

Segundo BAVA (2005) a maioria desses conselhos não participam dos processos de decisão, principalmente das questões orçamentárias. Nesse sentido critica o não fortalecimento dessas entidades, dos movimentos, das associações de bairro e das lideranças, constituindo assim uma forma de subserviência ao passo que não empodera e não permite a superação da subalternidade do povo em relação ao governo.

Acerca da fragmentação dos movimentos sociais, afirma Manuel Castells:

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (CASTELLS, 2000, p. 41)

Maria do Carmo Carvalho (2014), entende ser necessária a compreensão de que a ação pública deve redefinir seu papel, em vez de apenas proteger uma população despolitizada, sem voz para falar de suas necessidades e sem proatividade para a participação, proporcionando espaços de debates e estabelecendo o diálogo, a troca de experiências para a construção de políticas públicas que tragam e, principalmente, que possam transformar as realidades onde forem aplicadas.

Para entender a evolução das políticas participativas é preciso contextualizar as formas de governo no país desde a sua descoberta e seu impacto cultural na vida da população, e assim

perceber o quão moroso é promover uma mudança de paradigmas em conceitos estabelecidos aos longo de anos de servidão.

Juridicamente essa liberdade e essas conquistas só tomaram corpo a partir da Constituição de 1988, ou seja, a população mais velha ainda é a mesma que viveu períodos de ditadura e cerceamento de direitos, experiências que os jovens não experimentaram, portanto, não são afeitos a esse sentimento de medos e precauções.

É importante que se faça o questionamento: de que forma a juventude, a participação popular e o orçamento participativo podem contribuir para uma nova sociedade?

Marilena Chauí ressalta a importância da participação popular para promoção de alterações socioeconômicas significativas:

Avaliamos o alcance da participação popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz passar a interesses comuns, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos universais. (CHAUI, 2005, p.26)

Por outro lado, existem críticas sobre o real envolvimento da sociedade civil e o interesse dessa em relação à sua participação nas decisões políticas, bem como o comprometimento e a ideia de coletivismo em detrimento ao particularismo geralmente percebidos em épocas de campanhas políticas.

Felix Ruiz Sanchez(2002) resume os argumentos desfavoráveis à participação popular da seguinte forma: os cidadãos, de fato, não querem participar; quando participam, fazem de forma muito inconstante; são sempre os mesmos; só representam a si próprios e aos seus interesses.

Diante do exposto, torna-se necessário que o acesso à educação e a formação do cidadão democrático e articulados seja ciente do seu papel na sociedade e principalmente que o exercício do sentimento coletivo, seja uma das formas de combate a essa apatia deste em relação aos mecanismos de participação popular.

A interlocução de todos os atores envolvidos é de suma importância para que as políticas públicas sejam construídas horizontalmente, uma vez que:

... O Estado assim como o mercado possui informações incompletas para a tomada de decisões e que, portanto, é preciso que os atores sociais tragam informações para que a deliberação contemple plenamente os problemas políticos envolvidos. E em segundo lugar, tais informações tem de ser partilhadas e discutidas, isto é, os arranjos deliberativos presumem que as informações ou soluções mais adequadas não são a

priori detidas por nenhum dos autores e necessitam de serem construídas coletivamente. (SANCHEZ, 2002, p. 67)

2.3. Orçamento Participativo

O orçamento participativo é uma ferramenta que a sociedade civil pode utilizar para demonstrar ao governo as suas prioridades, estabelecer critérios e negociações acerca de recursos escassos e a grande necessidades de serviços essenciais.

As discussões são necessárias para que as decisões não privilegiem apenas um grupo e sim, acordar qual das ações mais urgente, e qual destas terá preferência na aplicação do recurso financeiro em detrimento a outras é de suma importância.

Nesse sentido, é importante que as pessoas que estejam representando os interesses da maioria sejam preparadas para tal, sendo assim, reforçamos que trazer os jovens para as discussões em todos os conselhos e não apenas naqueles que tratam de questões específicas para essa faixa etária, já que a sociedade se constitui de espaços plurais e multiculturais, interligando redes e pessoas de forma dinâmica e crescente.

SANCHEZ (2002) entende a adoção do Orçamento Participativo como:

A priori, sua adoção teria o objetivo de introduzir formas de interferência mais direta e cotidiana da população em assuntos públicos. Mais do que em qualquer outro momento de nossa história recente, a sociedade reflete o cansaço com o crescimento da corrupção e da oligarquização da política, aumentando a demanda por administrações governamentais com participação, deliberação pública, transparência de ações governamentais e controle social sobre os governantes (SANCHEZ, 2002, p. 42).

O orçamento público é o instrumento de gestão dos governos traduzindo o planejamento estratégico em ações. Na sua elaboração, o gestor fixa as despesas e estima receitas, desta forma, é possível estabelecer as metas e prioridades dos gastos observando aqueles com percentuais previstos em lei como, por exemplo, a educação e a saúde.

As demais ações são decididas discricionariamente pelo governante e, nesse sentido, é importante que a população se faça presente junto à administração para que sejam investidos recursos em projetos de interesse comum.

Todavia, é preciso considerar que a adoção do orçamento participativo depende muito da orientação política do governo local, isso implica que este esteja comprometido com os anseios da população e que crie espaços de discussões e elucidações acerca das políticas públicas e dos projetos que fazem parte do plano de governo:

... além de sua dimensão renovadora no plano da política, os orçamentos participativos representam uma grande inovação no mecanismo de planejamento das políticas públicas. Na concepção, na metodologia na execução do orçamento participativo, há a descoberta de novos mecanismos de planejamento das políticas públicas produzidos por meio da interlocução e do encontro entre os saberes técnicos e cotidianos. (SANCHEZ, 2002, p. 65).

SANCHEZ(2002) cita como entraves para a celeridade na consecução dos projetos de governo, as seguintes questões: a participação aumenta a lentidão na tomada de decisões, aumenta os custos na tomada de decisões, não incorpora valor agregado à decisão, provoca excesso de particularismos, somente leva em conta o curto prazo, além de provocar a erosão de instituições e partidos devido ao desgaste dos debates longos e a ausência de soluções de curto prazo tornando o processo cansativo e descreditado.

As ferramentas para a elaboração do orçamento previstos na Constituição Federal de 1988 estão prescritas no Art. 165, quais sejam:

- I – o plano plurianual
- II – as diretrizes orçamentárias
- III – os orçamentos anuais (BRASIL, 1988)

O plano plurianual (PPA) segundo Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos (2012) é o que define as ações do governo a médio prazo, ou seja para um período que coincide com o mandato do chefe do executivo (04 anos).

Já o Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão reforça que:

O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

O PPA define as políticas públicas do Governo Federal para construir um Brasil melhor, com base nos compromissos firmados na eleição. O PPA é definido durante a campanha eleitoral quando o candidato elege os programas e projetos que terão prioridade na sua gestão. (BRASIL, 1988)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) é o elo entre o plano plurianual e a lei orçamentária anual, que estabelecerá alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação dos recursos, dispor sobre metas e riscos fiscais, programação financeira, limitação de empenho e movimentação financeira e transferência de recursos a entidades públicas e privadas, entre outras.

A finalidade da LDO definida pela Constituição Federal, art. 165. § 2º.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988).

A finalidade principal da lei orçamentaria anual (LOA) segundo SANTOS (2012) é estimar as receitas que o governo espera arrecadar para o ano seguinte e fixar as despesas, tanto as obrigatórias quanto as discricionárias; sendo importante ter conhecimento que a LOA é uma autorização de gastos, mas não uma obrigação, sendo assim é considerado orçamento autorizativo e não impositivo.

Os mecanismos de elaboração das leis e os processos necessários à sua efetivação são descritos em linguagem técnica dificultando o entendimento do seu funcionamento para a maioria da população.

Tornar o entendimento acessível ao cidadão é um desafio para as instituições da sociedade civil e suas lideranças no sentido de provocar a juventude na busca de informações necessárias à sua participação na tomada de decisões.

2.4. Juventude e Hiperconectividade

Dados do último censo IBGE (2010) mostram que a juventude representa um quarto da população do país representando aproximadamente 51,3 milhões de pessoas com idades entre 15 e 29 anos, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2% no campo. A pesquisa mostra ainda que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente.

Estão contidos na categoria jovens conforme previsto na Lei 12.852/2013 da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. E segundo pesquisa realizada pela SNJ em 2013, 80% dos jovens utilizam computador e *Internet* e 89% tem celular.

Sobre a participação dos jovens na vida social e política a referida Lei no seu Capítulo II seção I dispõe do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil:

Art. 4o O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5o A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

Art. 6o São diretrizes da interlocução institucional juvenil:

I - a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;

II - o incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos. (LEI 12852/2013, Secretaria Nacional de Juventude)

A hiperconectividade por meio das redes sociais e as conexões entre a juventude e seus pares tem levado o conhecimento político e contribuído para o engajamento nas discussões dos problemas sociais.

Tais comportamentos contribuem para que temas relevantes sejam discutidos nas escolas, universidades e campos de debates promovendo uma nova perspectiva da participação juvenil nas instâncias de decisões sobre questões que afligem a sociedade como um todo.

Adriana Lopes (2015) define hiperconectividade como:

A vida digitalizada e hiperconectada do século XXI é resultado de crescentes avanços tecnológicos, notadamente na área da comunicação, devido à conjugação da telefonia móvel com a rede mundial de computadores, capaz de permitir o entrelaçamento social e a integração de conhecimentos. (LOPES, 2015, p. 97).

Quando falamos de território é preciso considerar que cada espaço contém multiplicidades diversas, dinâmicas e mutantes, as tradições se modificam ainda que mantenham a sua essência e nesse contexto entender o que as novas gerações pensam e sentem constitui possibilidades de mudanças dos cenários privilegiados em relação aos menos favorecidos.

Segundo Milton Santos (2001) os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Dessa forma, educar para a equidade é um desafio da humanidade que almeja uma sociedade onde haja justiça social, e esse sentimento geralmente está latente nas lutas da juventude.

Reconhecer a diversidade cultural, social, financeira e educacional de cada comunidade contribui para avanços nas políticas públicas para a juventude.

As pessoas tendem a se manifestar quando são inseridas no contexto e percebem lacunas de oportunidades, sendo assim a construção das redes de comunicação e participação cumprem esse papel de oportunizar conhecimentos e mobilizar grupos de atuação.

Estes usufruem desse saber e o transforma, gerando novas redes de mobilização e de pressão para o enfrentamento na conquista dos direitos previstos na legislação e de novos, já que a sociedade é dinâmica e as necessidades mudam de acordo com a evolução e as variáveis inerentes de cada território.

Frijot Capra (1996) reforça que a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem.

Desta forma a *Internet* torna-se um novo território constituído de infinitas redes, estabelecendo conexões entre seus pares por afinidade de interesses, gostos e culturas sem limites para a apreensão de conhecimentos e também um vasto campo de intolerâncias e resistências contrapondo os novos jeitos de ser e de pensar característicos dessa juventude hiperconectada e a maneira como interagem com o mundo.

As redes são definidas por Pierre Levy (1999) como:

O ciberespaço (que também chama de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999, p. 17)

A juventude nos dias atuais é considerada como a “geração online” pois já nasceram no mundo em que os computadores, celulares e *Internet* já fazem parte do cotidiano das pessoas. Sendo assim influenciam e são influenciados o tempo todo constituindo sujeitos importantes em vários campos da pesquisa acadêmica.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho do ponto de vista técnico será estruturada por meio de pesquisa bibliográfica constituída principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponíveis na *Internet*.

Para a abordagem do problema a pesquisa será quantitativa com a aplicação de questionários online com foco apenas na população delimitada com idade entre 15 e 29 anos para a mensuração dos dados coletados e qualitativa com o objetivo de interpretar a realidade quanto à utilidade das redes sociais como ferramentas para a disseminação de informações políticas pela juventude.

A aplicação será inteiramente online utilizando as redes sociais como propagador e facilitador na coleta dos dados.

O questionário elaborado para utilização nesse trabalho de pesquisa será composto de perguntas fechadas e de múltiplas escolhas, utilizando a ferramenta *google forms* para a replicação do mesmo em redes sociais como *facebook*, *wattsapp* e outras.

As perguntas elaboradas são simples e de fácil entendimento para todos os níveis de escolaridade e de público que se pretende atingir, desde os alunos de ensino médio até os universitários de modo geral.

A consolidação dos dados servirá para verificar o conhecimento da juventude sobre o orçamento participativo e como participar dos debates sobre este, como também a utilização da *Internet* e redes sociais como modificador das realidades onde estes estão inseridos e sua compreensão do poder que podem exercer nas decisões políticas nacionais e locais.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram coletados durante um período de 45 dias online onde resultaram na amostragem ilustrada que será exibida a seguir. Apesar de ter contado com o empenho de professores da Rede Municipal de Ensino, Universidades e Superintendência de Políticas da Juventude na divulgação e encaminhamento de link para a pesquisa, o resultado final ficou muito aquém da expectativa atribuída ao alcance da *Internet*.

Considerando que a cidade de Uberaba tem uma população segundo senso IBGE/2012 de aproximadamente 72.941 pessoas com idades entre 15 e 29 anos, sendo 62.988 matriculados nas unidades de ensino.

A rede de ensino conta com 06 universidades (sendo 04 particulares e 02 públicas) e 138 escolas de nível fundamental e médio (estadual e municipal), a expectativa inicial era que a comunicação por meio das redes sociais tivessem alcance e participação de forma que os dados coletados pudessem subsidiar propostas para a inclusão e a participação mais efetiva da juventude nas questões políticas.

Entretanto esta comunicação não foi estabelecida, ou, não foi divulgada em territórios adequados uma vez que:

A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, como base na produção (e seu complemento, o consumo) experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas. (CASTELLS, 2000, p.52)

A faixa etária para a aplicação do questionário conforme delimitado pelo Estatuto da Juventude: populações com idades entre 15 e 29 anos de idade, e que foram divididas em 03 faixas para o recorte do interesse na participação e multiplicação do mesmo em suas redes sociais.

A primeira faixa com idades entre 15 e 18 anos, a segunda entre 19 e 23 anos e a terceira entre 24 e 29 anos, são faixas etárias em que o contexto social e as próprias mudanças corporais interferem diretamente na transformação e na construção dos sujeitos.

A divisão das faixas etárias proposta neste estudo levou em conta, experiências do Conselho de Juventude e dos Grêmios Estudantis, bem como as idades iniciais, prováveis, para ingresso nos níveis educacionais: ensino básico, ensino médio e graduação.

Acredita-se que esse grupo da população seja o que mais utiliza a tecnologia no seu cotidiano, uma vez que já nasceram em meio a muita tecnologia e não há nenhum constrangimento ou temor em sua utilização cotidiana.

A dinâmica para a coleta de dados seguiu uma ordem pré estabelecida onde as perguntas posteriores complementaram as anteriores e mostrou o perfil do jovem, sua participação e conhecimento em relação aos temas elencados nesta pesquisa: participação popular e orçamento participativo, conforme demonstrado a seguir:

Considerando a participação por faixa etária (figura 1) podemos perceber que a maior parcela da população jovem que respondeu à pesquisa são aqueles com idades entre 24 a 29 anos, sendo assim:

Governos e demais organizações da sociedade podem ter forte vocação democrática, serem propositivos de políticas públicas no estabelecimento de canais democráticos de interação com os cidadãos, mas podem não contemplar sujeitos jovens como um dos focos possíveis de ações e considera-los parceiros ou segmentos para os quais estariam abertos os canais participativos. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 21)

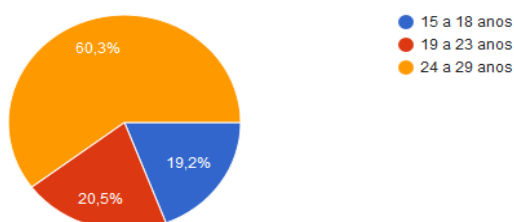
Por outro lado podemos entender o desinteresse dos jovens na participação popular e política como a necessidade do sentimento de pertencimento e relevância do tema proposto, pois:

Sentir-se incluído significa também ser escutado, ser reconhecido, sentir-se membro da sociedade em que se vive, poder realizar projetos, obter espaços específicos e ter possibilidades para desenvolver a sua criatividade. Há necessidade de desenvolver um sentimento de confiança na sociedade, de fazer-se escutar e de criar elos com as instituições. Em outras palavras, quando os laços sociais se empobrecem e as demais vias de identificação deixam de funcionar, a solidariedade e a consciência cidadã dão lugar a um sentimento de não pertencer, e deste modo os vínculos com a sociedade podem deixar de existir. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 25)

Figura 1 - Faixa Etária

Qual a sua faixa etária?

73 respostas



Fonte: elaborado pelo autor

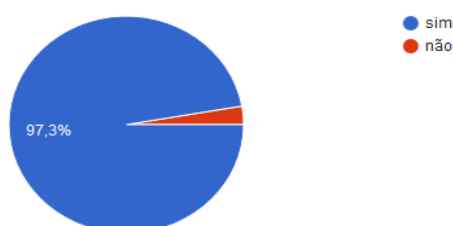
Em relação à utilização das redes sociais (figura 2) a maioria dos participantes estão conectados pelas redes e desta forma protagonizam a sociabilidade e as interações virtuais apropriando, recriando e transformando conteúdos por meio das informações que circulam em hiperconectividade. As redes sociais possibilitam que:

... o indivíduo, por meio de sua página virtual, para além do suporte, é também um de seus interagentes; mas não como uma espécie de automídia [...]. Ao contrário, em rede, os sujeitos se compõem de textos e das imagens que postam, que dão a ver, que tiram do interior de suas casas e levam a público. Mas que também se permitem ser apropriados pelo outro, que o cutuca em rede, o curte, o comenta, o compartilha, o promove o toma de empréstimo. (VIEIRA, 2002, p. 128)

Figura 2 - Redes Sociais

Você utiliza redes sociais?

73 respostas



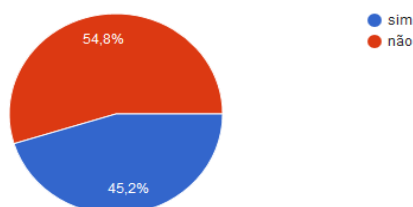
Fonte: elaborado pelo autor

Em relação à participação em grupos de discussão sobre política nas redes sociais (figura 3) a pesquisa mostrou que a maioria não participa. Esse quesito não contemplou o motivo pelo qual os jovens não participam, entretanto SANCHEZ (2002) salienta que há os que não participam pois não querem se envolver em processos complicados, haja visto a nomenclatura estritamente técnica dos processos administrativos no âmbito governamental dificulta o entendimento dos termos por grande parte da população e há aqueles que não se interessam por assuntos envolvendo a política.

Figura 3 – Redes Sociais e Discussão

Você participa de grupos de discussões sobre política nas redes sociais?

73 respostas



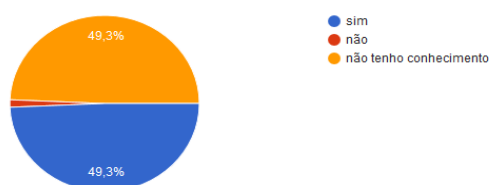
Fonte: elaborado pelo autor

Sobre o conhecimento das políticas públicas voltadas para a juventude (figura 4) em suas cidades, assim como demonstrado no item anterior, foi bastante equilibrado entre os que conhecem e aqueles que não tem conhecimento. É importante destacar que no Brasil os jovens são destinatários de vários projetos nas políticas sociais, com a intencionalidade de resolver conflitos e colaborar na formação de valores e atitudes das novas gerações.

Figura 4- Políticas Públicas e Juventude

Na sua cidade há políticas públicas para a juventude?

73 respostas



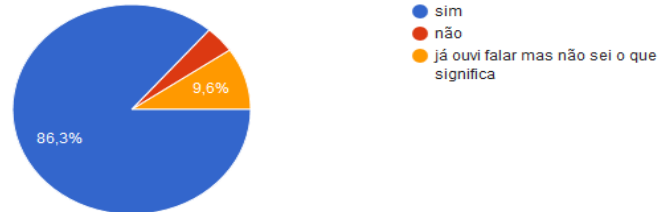
Fonte: elaborado pelo autor

Na figura 5 o resultado mostrou que a maioria dos participantes sabem o significado de participação popular, o que não implica necessariamente na participação dos mesmos em discussões sobre políticas públicas conforme demonstrado na figura 3.

Figura 5 - Participação Popular e Significado

Tem conhecimento sobre o significado de participação popular?

73 respostas



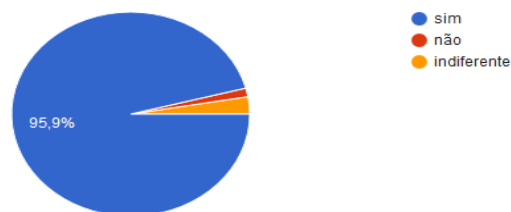
Fonte: elaborado pelo autor

Na figura 6 podemos perceber que a maioria dos jovens consideram que a juventude é capaz de transformar a realidade em que vivem por meio de sua participação, e na sua capacidade de transformar o meio em que atuam e vivem, entretanto conforme mostra a figura 3 metade deles não participam de discussões.

Figura 6 - Juventude e Transformação

Considera que a juventude é capaz de transformar a realidade em que vive por meio de sua participação?

73 respostas



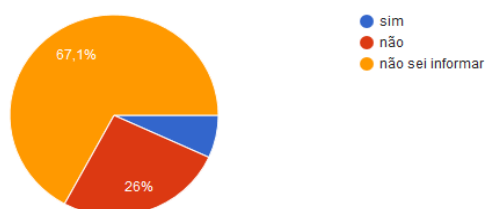
Fonte: elaborado pelo autor

Já na Figura 7 e 8 percebe-se que a maioria não sabe informar sobre a participação da população em geral na elaboração do orçamento participativo, porém afirmam que não há participação da população nas discussões acerca do gasto público

Figura 7- Orçamento Participativo e Cidades

O orçamento participativo é uma forma de participação popular. Na sua cidade a definição do orçamento é participativo?

73 respostas

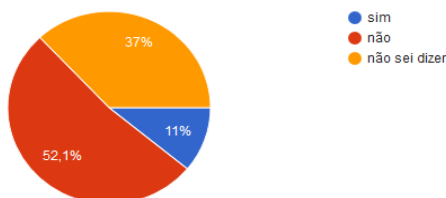


Fonte: elaborado pelo autor

Figura 8 - Orçamento Público e Participação

Na sua cidade a população participa das discussões acerca do orçamento municipal e as prioridades do gasto do dinheiro público?

73 respostas



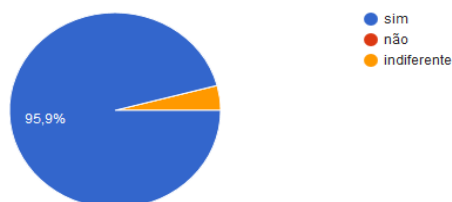
Fonte: elaborado pelo autor

Consideram as redes sociais ferramenta importantes para a divulgação dos processos decisórios em relação à participação (figura 9) e se sentem proativos quando considera a informação de interesse coletivo no sentido de multiplica-la (figura 10).

Figura 9 – Redes Sociais e Participação

Considera que as redes sociais são ferramentas importantes na divulgação dos processos de participação da juventude nas decisões governamentais?

73 respostas

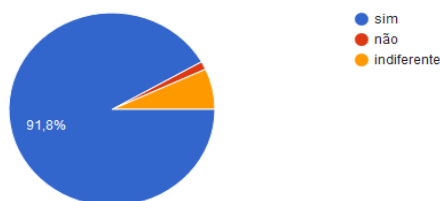


Fonte: elaborado pelo autor

Figura 10 – Informação e Conhecimento

Quando considera que uma informação é importante para o coletivo a sua proatividade em relação à divulgação é importante para que outras pessoas possam ter o acesso a esse conhecimento?

73 respostas



Fonte: elaborado pelo autor

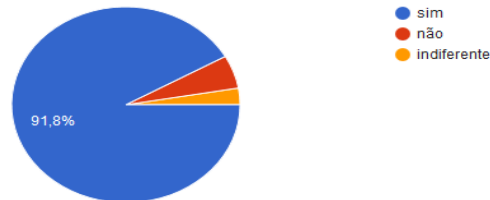
Sobre o tema educação e engajamento (figura 11) a maioria dos participantes considera que a educação política nos espaços nas escolas de ensino médio e universidades, pode contribuir para que a juventude participe de forma mais engajada nas discussões e nas decisões sobre as políticas públicas.

Tratar o tema juventude pressupõe diferenciar as necessidades de cada etapa da vida do jovem e de que maneira ocorre a interação destes com os seus pares na resolução de conflitos e na prática de ações coletivas inerentes à idade cronológica.

Figura 11- Educação e Engajamento

Acredita que a educação política nas escolas de ensino médio e universidades é um fator importante para o engajamento da juventude nas decisões políticas?

73 respostas



Fonte: elaborado pelo autor

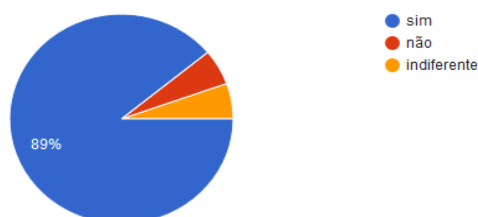
A maioria dos participantes avaliam que a *internet* contribui para que as informações alcancem um número maior de pessoas e desta forma contribui para que estas tenham conhecimento sobre os seus direitos e deveres (figura 12).

Entretanto acreditam que essas informações muitas vezes podem confundir a população (figura 13) revelando seu uso perverso, atualmente com a propagação das chamadas *fake News* amplamente divulgadas sem a devida comprovação de sua veracidade, contribuindo desta forma para que as pessoas desconfiem cada vez mais do que é divulgado e compartilhado na rede mundial de computadores.

Figura 12 – Internet e Conhecimento

Considera que a internet contribui para que mais pessoas tenham conhecimentos sobre os seus direitos e deveres?

73 respostas

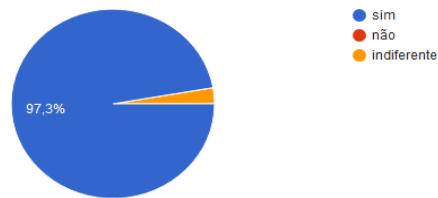


Fonte: elaborado pelo autor

Figura 13 - Internet e Informação

Considera que as informações divulgadas na internet podem confundir a população?

73 respostas



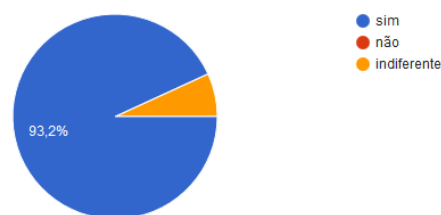
Fonte: elaborado pelo autor

Ao mesmo tempo em que a maioria acredita que a inclusão da juventude nos processos políticos e a consideram urgente (figura 14), pontuam que a juventude não demonstra interesse em assuntos sobre política (figura 15).

Figura 14 - Participação Popular e Inclusão

Considera que a participação popular e a inclusão da juventude nas discussões é uma necessidade urgente?

73 respostas

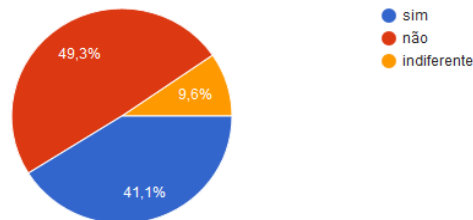


Fonte: elaborado pelo autor

Figura 15 - Juventude e Interesse

Considera que a juventude é uma faixa etária que não tem interesse em assuntos relacionados às políticas públicas?

73 respostas



Fonte: elaborado pelo autor

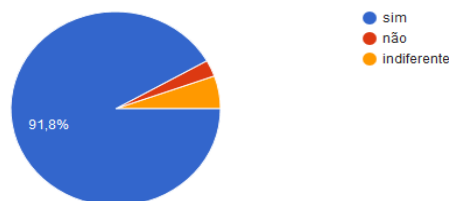
Discutir políticas públicas para a juventude, e principalmente, com a juventude constitui elemento norteador para a construção de um Estado democrático e participativo, além de ser uma ferramenta para a democratização do conhecimento acerca dos termos técnicos em linguagem adequada.

Nesse sentido segundo a pesquisa a maioria (figura 16) concorda que estudos comportamentais da juventude são fundamentais para que as políticas públicas atendam de fato às suas necessidades.

Figura 16 - Juventude e Comportamento

Acredita que estudos sobre o comportamento da juventude são importantes para a construção de políticas que atendem as suas necessidades?

73 respostas



Fonte: elaborado pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir questões relacionados às políticas públicas é importante uma vez que historicamente o Brasil é um país marcado pelo clientelismo e por fortes desigualdades sociais, desta forma o cidadão que participa, reivindica e fiscaliza as ações governamentais, contribui para garantir e assegurar direitos previstos em lei e na conquista de novos, uma vez que o país tem um vasto território, constituindo nichos e necessidades diferenciadas conforme as culturas locais.

O desenvolvimento do estudo possibilitou uma análise quantitativa sobre a participação e o conhecimento da população jovem nas questões políticas que envolvem o gasto público, e qualitativa na questão da qualidade das informações disseminadas por estes no ambiente virtual do qual estão inseridos

Ao utilizar exclusivamente a *Internet* para a pesquisa, considerando que as relações entre as redes sociais e seus atores pudessem proporcionar um alcance maior na participação, e que a juventude hiperconectada seria vetor para o atingimento do objetivo, observamos que o efeito desejado não se materializou.

Internet, redes sociais, *smartphones*, são os dispositivos tecnológicos mais utilizados na contemporaneidade e que por meio destes as pessoas constituem, expressam e modificam os modos de ser e agir, sendo instrumentos presentes na realidade de muitos jovens, que tornam o seu uso quase indispensável e que por meio deles acessam serviços oferecidos que auxiliam e influenciam, de diversas maneiras, o cotidiano de muitas pessoas.

O desânimo e o conformismo de uma juventude hiperconectada e ao mesmo tempo solitária, manifestando apenas por meio de *likes* e assinando petições online podem trazer danos para a sociedade a médio e longo prazo.

A apropriação do poder por grupos de pressão que se aproveitam dessa inércia generalizada colocando-se à frente das decisões coletivas em benefício próprio, expressando seu status quo e suas ambições nas ações da administração pública é uma das consequências da falta de participação e engajamento.

Convém salientar que a *internet* e a facilidade de aquisição de produtos que permitem o acesso à rede mundial de computadores, não constitui um fator de mobilização e participação da juventude na política.

Ao contrário disso é na educação formal ou não formal que essa conscientização pode ser proposta e conseguir adesão dos seus participantes, seja por meio de ações como Parlamento Jovem, Grêmios Estudantis ou Organizações da Sociedade Civil.

A realidade só se modifica se os que dela fazem parte assim quiserem, é no movimento da sociedade que os paradigmas são modificados, abrindo espaços para sua reconfiguração e aceção de novas formas de pensar e de fazer política.

Nesse sentido cabe à sociedade civil juntamente com o Estado por meio dos conselhos de participação popular, universidades e movimentos sociais propor novas metodologias de ensino e métodos de abordagem dos temas relacionados à participação popular, de maneira que as populações jovens sintam-se integradas e pertencentes aos assuntos cotidianos e principalmente que a linguagem dos termos técnicos e das legislações sejam adequados aos níveis de conhecimento e aos territórios aos quais estes estejam inseridos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mary Garcia Castro e Miriam. **Programa de Prevenção à Violência nas Escolas. Ser Jovem Hoje no Brasil: Desafios e Possibilidades.** FLACSO BRASIL, 2015.

BAVA, Silvio Caccia. **Democracia e participação.** In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo. Instituto, POLIS, 2005. 128 p.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/index.php>

BRASIL. **Lei n. 12.285, de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, Brasília, DF, ago 2013.

CASTRO, M.G. e ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas – Políticas de/para/com juventudes.** Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** São Paulo. Cultrix, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e FELGUEIRAS, Débora. **Orçamento Participativo no ABC, Mauá, Ribeirão Pires e Santo André.** São Paulo: Polis 2000. 80p. (Publicações Polis 34). – acessado em 19/03/2018.

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização.** In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo. Instituto, POLIS, 2005. 128 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA. <http://cnttl.org.br/index.php?tipo=noticia&cod=3138>

DEMARCO, Diogo Joel. **Orçamento Público.** Porto Alegre: Ministério da Cultura/ UFRGS /EA, 2014. 63p.– Módulo 7. Apostila do Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34. 1999.

LOPES, Adriana. **Parapsiquismo na Era da Hiperconectividade.** Conscientia, 19(2): 97-108, abr./jun., 2015

MOTTA, Gustavo da Silva. **A Mobilidade e a Hiperconexão como Tecnologias de Vigilância na Sociedade de Controle.** ANPAD. Salvador/BA, 12 a 14 de novembro d 2008.

NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e Análise de Questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro/UFRJ COPPEAD, 2002.

OLIVEIRA, Jaiane Araujo de. SALES, Celecina de Maria Veras. 2014. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000200006
Acessado em 26/05/2018.

Prefeitura Municipal de Uberaba. <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,408>
Acessado em 18/07/2018.

RUA, Maria das Graças, (1998). **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: _____. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. 2 v Brasília: CNPD, p. 731-752

SANCHEZ, Felix Ruiz. **Orçamento Participativo: Teoria e Prática**. São Paulo. Cortez, 2002.
– (Coleção Questões da Nossa Época; v.97)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SANTOS, Rita De Cássia Leal Fonseca dos. **Apostila da disciplina Plano Plurianual e Políticas Públicas**. Universidade Aberta do Brasil – UAB. Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP. Especialização em Gestão Pública. 2012

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE.
<http://participatorio.juventude.gov.br/>

SOLA, Lourdes, (1998). **Juventude, comunidade política e sociedade civil**. In: Jovens acontecendo a trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, p. 753-768.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação – Rio de Janeiro. 2003, 16-39 p.

VIEIRA, Frederico. **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites** / Luís Mauro Sá Martino, Angela Cristina Salgueiro Marques (Organizadores). – São Paulo: Plêiade, 2015. 335 p.